

Senadores não querem "remendo" na Previdência, afirma Alcântara

Uma proposta séria que sinalize um sistema confiável para o povo brasileiro, segundo ele, deve ao mesmo tempo cortar privilégios e preservar direitos adquiridos dos trabalhadores



Esperidião Amin

Amin apóia restrições a importados

A fixação de cotas de importação para produtos têxteis, a serem adotadas a partir de 1º de junho, por iniciativa do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, foi a "primeira providência concreta do governo federal em favor do emprego e do trabalho nacionais". A avaliação foi feita ontem em plenário pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC).

Conforme o senador, o fórum das bancadas catarinenses na Câmara e no Senado, reunido ontem de manhã na Assembléia Legislativa do estado, decidiu levar sua "manifestação de reconhecimento" ao governo federal pela decisão. Ele observou que, desde julho do ano passado, são reivindicadas medidas contra a desigualdade de competição com os importados, principalmente os produtos têxteis.

A fixação de cotas, a seu ver, é uma "reação de inteligência" e não de nacionalismo.

Depois de afirmar que pessoalmente não aceita votar um projeto de emenda constitucional da Previdência "desfigurado", como o que virá da Câmara dos Deputados, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou ontem sua certeza de que os senadores não pretendem promover um "remendo" de Previdência.

-Vamos aproveitar o que aconteceu na Câmara e fazer um projeto sério, decente e que sinalize uma previdência confiável para o povo brasileiro pelos próximos anos - sugeriu.

Um projeto sério, conforme o senador, significa cortar privilégios, mas com a garantia dos direitos adquiridos dos trabalhadores. Ao comentar as denúncias de troca de favores entre o governo e deputados durante a votação da emenda da Previdência, Lúcio Alcântara afirmou que há necessidade de se estabelecer um limite entre a pressão legítima, que busca o interesse coletivo, e a barganha, que beneficia interesses particulares.

Um dos caminhos para re-

solver esse problema, na opinião do senador, seria colocar em prática a resolução que instituiu o Conselho de Ética do Senado. Essa resolução determina que cada parlamentar exponha seus interesses e os setores com os quais está comprometido, dando maior transparência a sua atuação. Alcântara defendeu ainda a aprovação de projeto de sua autoria que regulamenta o lobby no Senado.

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), concordou que o Senado não deve perder a oportunidade de oferecer aos brasileiros um sistema de previdência eficiente.

Geraldo Melo (PSDB-RN) ponderou que não é só a Previdência brasileira que se encontra em dificuldades: "Esse problema ocorre em quase todo o mundo. Não adianta ficar tentando adiar mudanças essenciais."

Josaphat Marinho (PFL-BA) questionou até que ponto a Câmara poderá apreciar uma reforma previdenciária depois de ter derrubado partes da emenda constitucional.



Edison Lobão

Lobão destaca avanço na relação com Portugal

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que o governo português, sob o "clarividente" comando do primeiro-ministro Antonio Guterres, alterou substancialmente a situação das relações luso-brasileiras e, conforme afirmou, as dificuldades enfrentadas por profissionais brasileiros residentes em Portugal deverão ser superadas rapidamente.

Referindo-se à carta que recebera da Associação Brasileira de Odontologia, Seção de Portugal, Edison Lobão lembrou que, nos últimos dez anos, o governo português não se dispunha a honrar compromissos firmados com o Brasil, sob o pretexto de que assim era levado pela pressão dos seus parceiros da União Européia.

O senador disse que o novo governo de Antonio Guterres "dá prioridade às relações com o nosso país, certo de que Portugal pode ser a porta do Brasil para a União Européia, enquanto o Brasil pode ser a porta de Portugal para a América Latina e o Mercosul".



Lúcio Alcântara

Projeto sobre a Vale é apreciado por comissão

Página 2

Lúcio vê risco de falência da agricultura

Página 4

Comissão discute hoje projeto sobre a privatização da Vale

Às 10h30, a comissão especial da reforma político-partidária ouve o depoimento do governador gaúcho, Antônio Britto

O projeto de iniciativa de José Eduardo Dutra (PT-SE) que condiciona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) a uma autorização do Congresso Nacional será discutido hoje pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. A comissão, presidida por José Agripino (PFL-RN), reúne-se às 10h, em caráter extraordinário, para tratar da matéria, que tem como relator Wilson Kleinübing (PFL-SC).

Com parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto estava na pauta do plenário, para votação, mas por força de requerimento apresentado por José Agripino foi enviado ao



Kleinübing

exame da Comissão de Infra-Estrutura.

REFORMA

O governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, deverá fazer uma exposição, hoje, a partir das 10h30, na comissão especial do Sena-

do que estuda a reforma político-partidária. O presidente da comissão, Humberto Lucena, pretende reunir as propostas e sugestões dos expositores para serem encaminhadas, em forma de projeto, pelo relator, Sérgio Machado (PSDB-CE).

Presidida por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a comissão especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores das emendas constitucionais da Ordem Econômica também

deverá ouvir hoje, a partir das 11h, o ministro interino das Comunicações, Renato Navarro Guerreiro, sobre a Emenda nº 8, que trata das telecomunicações. A comissão ouvirá ainda hoje o presidente da Petrobrás, Joel Rennó, e o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da estatal, Ricardo Maranhão.

Amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá apreciar duas propostas de emendas à Constituição. Uma, apresentada por Júlio Campos (PFL-MT), que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; e outra, de autoria do senador Sérgio Machado, que revoga dispositivo sobre a limitação das taxas de juros reais em 12% ao ano.



Humberto Lucena

Lucena elogia a qualidade de banco de sangue em SP

A qualidade dos serviços prestados pela Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo foi destacada ontem pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que considera os resultados ali obtidos um exemplo de administração e uma esperança de reversão do "triste quadro" no campo da saúde.

Humberto Lucena afirmou que, em nove anos, a Fundação quadruplicou o número de bolsas coletadas, possibilitando o atendimento de 50% da demanda de sangue da Grande São Paulo. Em aparte, o senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) apoiou o discurso.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

11h30 - Recebe os deputados Laire Rosado e Henrique Alves (RN).

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

17h - Participa da abertura da exposição "Aerportos Brasileiros: Século XXI", no Salão Negro.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Requerimento nº 354/96, solicitando a criação de uma comissão temporária interna, composta de cinco senadores, para, no prazo de 60 dias, coletar dados junto às autoridades do estado de Pernambuco e outros setores que entender necessários, sobre a tragédia resultante de serviços de hemodiálise no Instituto de Doenças Renais de Caruaru; PDL nº 102/95, que aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio adotadas em Copenhague, em 25.11.92; e PEC nº 1/96, que dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal, que flexibiliza o monopólio dos resseguros no Brasil (segundo dia de discussão, em segundo turno).

COMISSÕES

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Projeto de Lei do Senado nº 161/95, que altera a Lei nº 8.031/90, que subordina à autorização do Congresso Nacional a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: PLC nº 123/95 (não terminativo), que altera dispositivos da Lei nº 8.436/92, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes; PLS nº

229/95 (não terminativo), que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem; PLC nº 198/93 (não terminativo), que agrava a mora salarial da empresa na reincidência; PLC nº 104/95 (não terminativo), que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; PLS nº 99/95 - Complementar (não terminativo), que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; PLC nº 119/95 (não terminativo), que direciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e PLS nº 198/95 (terminativo), que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do governador do estado do Rio Grande do Sul, Antônio Britto. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão do Corredor Centro-Leste

Pauta: Exposições do presidente do Consórcio do Corredor Centro-Leste, Paulo Vivalva; do diretor de Planejamento e Investimento da Secretaria de Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento, André Amaral; e do coordenador-geral da Área de Planejamento da mesma secretaria, Ariel Garcez, respectivamente. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95 (Ordem Econômica)

Pauta: Exposições do ministro interino das Comunicações, Renato Navarro Guerreiro, sobre a Emenda nº 8, que trata das telecomunicações; do presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó; e do vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão, sobre a Emenda nº 9, que trata da distribuição de petróleo. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Waldeck protesta contra a poluição visual da Esplanada

Senador sugere que Senado incentive a aprovação de medidas na Câmara Legislativa para disciplinar o uso do espaço público

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) protestou ontem contra o que qualificou de excesso de eventos que, em sua opinião, poluem a Esplanada dos Ministérios, de Brasília, sobretudo o espaço nas imediações do Congresso e da Praça dos Três Poderes. Ele sugere que, em colaboração



Waldeck

com os governos federal e do DF, o Senado incentive a aprovação de medidas na Câmara Legislativa para disciplinar mais rigidamente a utilização desses espaços e "livrar a Esplanada dessa poluição visual". Na presidência da sessão, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse

que "a ocupação permanente do espaço público é a falta da autoridade".

Waldeck Ornelas afirmou que, a cada dia, se surpreende com uma modificação no cenário da Esplanada. Conforme observação do senador, atualmente levanta-se no local a lona de um circo, na esquina há um acampamento e no gramado em frente ao Congresso arma-se um palco.

Valmir condena declarações de líder do PT



Valmir

O líder do PTB, Valmir Campelo (DF), disse ontem que o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), teria colocado o Senado Federal em uma situação constrangedora com as declarações a este atribuídas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Segundo a edição de sábado desse diário, Dutra teria denunciado a existência de barganhas para a votação das emendas constitucionais nesta Casa.

O senador José Eduardo Dutra faz uma colocação que precisa ser esclarecida, vez que, direta ou indiretamente, atinge a todos nós, senadores da República. Para merecer o respeito de seus pares e ter suas considerações levadas a sério, o líder do PT precisa nominar, dar conhecimento à Nação dos nomes dos senadores envolvidos nessa troca de votos - afirmou Valmir. Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) aplaudiu a vigilância de Valmir Campelo, mas salientou que o líder do PT deveria ser ouvido para dar explicações.

Ademir Andrade nega sabotagem a Tucuruí

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que os eletricitários "jamais pensaram em fechar, desligar, ou em qualquer outro ato de sabotagem contra a hidrelétrica de Tucuruí", como foi divulgado por alguns órgãos de imprensa. Ademir disse que tem acompanhado o movimento daqueles trabalhadores, cujo objetivo principal, como informou, é garantir a energia da hidrelétrica para 69 municípios paraenses que não dispõem de energia.

- E vem o governo federal

dizer que teve informações de que os eletricitários iriam desligar a hidrelétrica de Tucuruí. Isso é um absurdo - acentuou o senador, que dis-



Ademir

se ter ficado surpreso com as informações publicadas pela imprensa de que o governo, através de órgãos de inteligência, detectara uma possível invasão dos eletricitários a Tucuruí, na madrugada de ontem. Ademir explicou que os eletricitários tentaram, anteriormente, dialogar com representantes da Eletronorte, mas não conseguiram.

Lauro Campos lembra suicídio de 11 bancários

As novas estratégias de produção, baseadas na redução do emprego de mão-de-obra, levam ao desespero categorias que há pouco tempo eram consideradas privilegiadas, disse ontem Lauro Campos (PT-DF), citando o caso dos bancários, que já registram 11 suicídios



Lauro

no País. O senador associou-se a homenagem prestada pela Câmara aos bancários mortos, e considerou-os "combatentes" que não suportaram as agruras da conjuntura atual. Ele disse que há meses a Febraban ameaçou com demissão 180 mil deles.

Campos propõe obrigatoriedade a curta nacional

Os cinemas estarão obrigados a exibir um filme curta-metragem brasileiro antes da projeção de um longa estrangeiro, se aprovado projeto apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT). A medida abrange os filmes nacionais de 35mm ou 16mm, com duração máxima de 10 minutos e portadores de certificado de qualidade. O projeto autoriza o Ministério da Cultura, por meio do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (Ibaca), a disciplinar a emissão do certificado.

Campos observa que o momento é bom para a apresentação do projeto, já que, atualmente, o quadro jurídico-institucional do País se mostra favorável ao amparo à cultura brasileira. Ele esclarece que a proposição cria "um mecanismo único e insubstituível" para a divulgação dos curtas.

Piva ressalta a eficiência do Telecurso 2000

A importância do Telecurso 2000 para a formação educacional dos trabalhadores brasileiros foi destacada pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), que vê nessa iniciativa da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e da Fundação Roberto Marinho a resposta madura da indústria às deficiências de ensino no País. O senador ressaltou o trabalho empreendido pelo presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, para a concretização do projeto.

Pedro Piva entende que o Telecurso 2000 se apresenta como uma alternativa pouco dispendiosa e muito eficiente em favor da formação pessoal e profissional dos trabalhadores que não puderam concluir cursos regulares. Ele disse que já é grande o número de telepostos montados por sindicatos e prefeituras.

Lúdio alerta para crise na agricultura

Safra brasileira teve queda de 12% no ano passado, preço do frango acaba de cair 5% e até o momento o governo não anunciou providências para o plantio, afirma senador



Joel de Hollanda

Hollanda anuncia que Pernambuco reabrirá banco

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) comunicou ontem ao plenário que o Banco Mercantil de Pernambuco, sob intervenção do Banco Central, reabrirá suas 19 agências no dia 3 de junho, já com o nome de BR Banco Mercantil, depois que foi comprado pelo Banco Rural.

— O novo banco será enxuto, moderno e competitivo e pretende aumentar o número de correntistas, que hoje é de 17 mil — afirmou.

Para Hollanda, a reabertura do Mercantil, importante para a economia pernambucana, só se tornou possível graças à boa vontade do ministro da Fazenda, Pedro Malan, do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, e do vice-presidente da República, Marco Maciel.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) alertou o governo federal sobre a necessidade de impedir a quebra da agricultura no Brasil. Lembrando que a safra brasileira caiu 12% no ano passado e que o preço do frango acaba de recuar 5% no mercado, ele manifestou sua certeza de que o presidente Fernando Henrique Cardoso não deseja destruir a agricultura, mas lastimou que, apesar de estarmos em maio, ainda não existam providências do governo para a próxima safra.

Apelando por medidas concretas nesse setor, Lúdio Coelho questionou a disposição governamental em ajudar os

bancos em crise, enquanto a agricultura é negligenciada.

O senador mencionou a difícil situação do comércio de equipamentos agrícolas, cujas vendas caíram drasticamente nos últimos três anos. Ele lembrou que o mundo inteiro subsidia a agricultura, mas no Brasil isso se tornou assunto proibido.

— Está na hora de a gente deixar de ter vergonha de ser agricultor. Na Europa, o produtor é visto como aquele que produz alimento para sustentar a po-



Lúdio Coelho

pulação e não como marginal — disse.

Em aparte, Geraldo Melo (PSDB-RN), destacou que o Brasil transformou-se em importador de subsídios, visto que os produtos que entram aqui a preços baixos são protegidos em seus países de origem. Segundo Melo, o Brasil está importando álcool, enquanto suas destilarias estão paradas. Ele propôs a adoção de barreiras contra os produtos subsidiados no exterior.

Cabral homenageia empresário amazonense

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou ontem a homenagem prestada na última sexta-feira ao jornalista Philippe Daou, pela Federação e pelo Centro das Indústrias do Estado do Amazonas. Ele recebeu o diploma em solenidade que teve Cabral como orador e à qual estiveram presentes várias autoridades.

Empresário do setor de comunicações, Philippe



Bernardo Cabral

Daou, segundo o senador, foi sempre um “ferrenho” defensor da Zona Franca de Manaus e liderou diversas campanhas em favor do desenvolvimento do estado, como a constituição da Siderama e da Companhia de Eletricidade de Manaus, hoje Eletronorte, a implantação da Universidade do Amazonas e a construção do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes.

Gaúchos e goianos ligados à TV Senado

Os cerca de 170 mil assinantes da Net de Porto Alegre já podem assistir ao vivo a todas as sessões plenárias do Senado Federal e aos trabalhos das comissões permanentes veiculados pela TV Senado no canal 17 daquela operadora. Além de Porto Alegre, os assinantes da Net de Santa Maria também podem sintonizar a TV Senado, pelo canal 47.

No Centro-Oeste, depois de Brasília, mais duas cidades entraram ontem em sintonia com a TV Senado: Goiânia e Anápolis. A primeira, no Multicanal, canal 14, e a última na Net, canal 33.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odaír Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social — Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação — Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo — Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa — José do Carmo Andrade
■ Editores — Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação — Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos — Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal